

1º de maio é dia de luta e protesto contra o PL 4330

O SINTTEL -ES e a CUT-ES convocam os/as trabalhadores/as nas empresas de telecomunicações para protestar contra o PL 4330 que libera a terceirização nas empresas e a retirada de direitos trabalhistas. Sexta-feira, na Praia de Camburi

Os/as trabalhdores/as sempre vão lembrar desses sujeitos



Paulo Foletto (PSB)



Carlos Manato (Solidariedade)



Marcus Vicente (PP)



Lelo Coimbra (PMDB)

São deputados federais do ES. Eles votaram **CONTRA** os TRABALHADORES aprovando o PL 4330, que liberou a TERCEIRIZAÇÃO em todas as áreas, colocando em risco o emprego de todos



Evair de Melo (PV)

Eles estão rindo para as empresas, principalmente aquelas que doaram grana para as suas campanhas eleitorais. Votaram a FAVOR DOS TRABALHADORES os deputados Helder Salomão e Givaldo Vieira (PT), Dr. Jorge Silva (PROS), Max Filho (PSDB) e Sérgio Vidigal (PDT).

Como o presidente da Câmara, Eduardo Cunha manobrou para conseguir a aprovação do PL 4330

A TERCEIRIZAÇÃO SÓ INTERESSA AOS PATRÕES

O dia 22 de abril de 2015, deverá ficar registrado como o dia em que 230 deputados encerraram, com uma votação truculenta conduzida pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a tramitação do PL 4330/04. O projeto agora segue para o Senado Federal, onde deveremos intensificar nossa pressão para que os senadores respeitem os direitos dos trabalhadores.

Devolvendo o favor às empresas

No dia 08 de abril, os deputados aprovaram o texto geral do projeto apresentado ao Plenário pelo relator, Arthur Maia. Com uma condução truculenta, o presidente Eduardo Cunha (PMDB/RJ)

Pejotização é o objetivo dos PATRÕES

O PL 4330 aprovado na Câmara autoriza a terceirização em todas as atividades da empresa sem restrições, eliminando a distinção entre atividade "meio" e "fim".

Além disso, admite a "pejotização" e amplia o leque de possibilidade para a contratação de terceirizadas para associações, sociedades, fundações e empresas individuais, aumentando os riscos de precarização na medida em que reduz as exigências. O que

utilizou-se de manobras regimentais para adiar a votação da MP 660, que trancava a pauta, e para derrubar o pedido de preferência para votação da emenda global apresentada pelo PT, cujo conteúdo contemplava as propostas da CUT para a regulamentação da terceirização e que, respeitado o regimento, deveria preceder a votação do substitutivo do relator.

No dia 22 de abril, o presidente da Câmara, em mais uma manobra regimental, aprovou a Emenda Aglutinativa nº 15, apresentada pelo PMDB e pelo Solidariedade, derrubando os destaques ao texto protocolados pelos PT, PCdoB, PSOL e outros, encerrando assim a tramitação do projeto na Câmara

significa isso?

Que as empresas vão priorizar a contratação de PJ - trabalhadores que criam empresas individuais, com CNPJ para trabalharem sem vínculo empregatício. Esse tipo de contratação burla a legislação trabalhista. Com esse tipo de irregularidade, as empresas não pagam os direitos trabalhistas e enfraquecem os sindicatos e ganham mais poder sobre os contratados. Hoje, a Justiça do Trabalho fiscaliza essas tramóias.

O PL também autoriza a subcontratação, abrindo espaço para a quarteirização e sucessivas subcontratações.



dos Deputados.

O texto final, incorporadas as emendas aglutinativas 15 e 18, saiu do Plenário da Câmara ainda mais prejudicial aos trabalhadores do que entrou. Veja o que vai piorar na vida dos trabalhadores:

Deputados Federais contrários à votação do PL 4330 que libera a terceirização. Eles levantaram as carteiras de trabalho em protesto contra o projeto que tira direitos da classe trabalhadora no Brasil

BRASIL TERÁ MAIS TRABALHO ESCRAVO

Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no país eram terceirizados de setores como mineração, confecções e manutenção elétrica.



MORTE ENTRE TERCEIRIZADOS É 3,4 VEZES MAIOR



MAIS ACIDENTES DE TRABALHO

O número de acidentes de trabalho e mortes entre terceirizados é bem maior que entre os trabalhadores diretos. Só no setor elétrico, por exemplo, o número de mortes entre terceirizados é 3,4 vezes maior.



MAIS PODER PARA OS PATRÕES

O PL 4330 acaba com os limites para a terceirização, inclusive na atividade-fim das empresas. Até gerente de banco poderá ser terceirizado. Tudo isso reduz a capacidade de organização, de mobilização dos trabalhadores.

MAUS EMPRESÁRIOS SAIRÃO IMPUNES

Os terceirizados que hoje conseguem vencer na Justiça Trabalhista, comprovando que exercem atividade-fim da empresa contratante (para qual a terceirizada presta serviços), não terão mais esses direitos reconhecidos.

APOSENTADORIA EM RISCO

A redução nos salários que a terceirização impõe coloca em risco toda a Previdência Social, que é quem paga aposentadorias e mantém o Sistema Único de Saúde (SUS).

SEU SALÁRIO VAI CAIR

Os terceirizados ganham 25% menos que os empregados diretos. No setor financeiro essa diferença é ainda maior: os terceirizados contratados para fazer serviço bancário ganham 70% menos que os trabalhadores dos bancos.

JORNADA MAIOR E MENOS EMPREGOS

Terceirizados trabalham em média três horas a mais por semana que os contratados. Ou seja, um monte de empregos deixarão de ser criados (estima-se que signifique cerca de 900 mil vagas a menos). Liberar totalmente a terceirização só significa mais lucro para os empresários.



CANAL DE VOZ
Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.
Tel.: (27) 3223.4844
Rua Barão de Monjardim, 251,
29010-390 Centro, Vitória - ES
www.sinttel-es.org.br
sinttel@sinttel-es.org.br

Responsabilidade Editorial:
A diretoria
Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda
Tel.: (27) 3084-5666
Jornalista: Tânia Trento
(MTE-ES 341/86)
Gráfica Ita
(27) 3222-2499

E como votarão os senadores capixabas no PL 4330?

Estarão CONTRA OS/AS TRABALHADORES/AS?



Ricardo Ferraço (PMDB)



Rose de Freitas (PMDB)



Magno Malta (PR)

A PRESSÃO É QUE FARÁ A DIFERENÇA

O texto final deverá chegar ao Senado até o final do mês abril, entrando pelo Plenário, de onde, respeitada a tramitação normal, deverá ser encaminhado para discussão em duas Comissões.

Há, porém, a possibilidade de apresentação de requerimento de urgência ao Plenário que, caso aprovado, eliminará a tramitação nas comissões e acelerará o processo.

No Senado, o PL 4330/04 será apensado ao PLS 87/10, cuja relatoria já foi designada ao senador Romero Jucá (PMDB-RR), o que nos inspira grande preocupação, tendo em

vista sua conduta nos trabalhos da Comissão Mista especialmente criada para regulamentar itens da Constituição, em especial na relatoria do Projeto das Trabalhadoras Domésticas e da Regulamentação do Direito de Greve no Serviço Público.

Portanto, é preciso sair do comodismo e se manifestar contrário a isso tudo que os deputados e senadores estão fazendo.

1º de Maio contra o PL 4330

No Dia 1º de Maio nós temos mais um motivo para ir às ruas protestar contra o PL 4330 diante do risco que corremos.

A CUT está chamando os trabalhadores para encher as ruas nesta sexta-feira e mostrar aos deputados e senadores que o PL 4330 é um golpe contra os direitos trabalhistas e não vamos dar isso de graça.



VEM PRA RUA!!!